

XXXXXXXXXX



"Não há cova funda
que sepulte a rasa
covardia.
Não há túmulo que
oculte os frutos da
rebeldia.
Cai um dia em
desgraça a mais torpe
ditadura
quando os vivos saem
à praça
e os mortos da
sepultura."

Affonso Romano de
Sant'anna

Anos de chumbo



Relatório Azul 1999 / 2000



O perverso regime da força

O regime militar, instaurado no Brasil na década de 60, encerrou-se oficialmente em 1984. O término dos governos militares, porém, não significou a extinção dos efeitos de seus atos.

As torturas praticadas, o desaparecimento de inúmeros cidadãos brasileiros (que para os militares não eram cidadãos, eram apenas brasileiros) e as incontáveis violações aos mais fundamentais direitos sociais e políticos, causam, até hoje, dolorosos efeitos e lembranças aos familiares das vítimas da repressão e a elas mesmas, além do incalculável prejuízo à história de nosso País.

A sociedade brasileira é também vítima desta ditadura que, ao pregar como metas a segurança nacional e o desenvolvimento econômico do Brasil, ignorou os princípios democráticos do Estado de Direito - rasgando a Constituição, proibiu qualquer tipo de oposição ao seu governo e utilizou os mais cruéis e desumanos meios para coibir práticas consideradas "subversivas". O resultado deste perverso "plano de governo" faz com que até hoje nos perguntemos:

Como poderia um governo pregar a segurança e, ao mesmo tempo, fazer desaparecer indivíduos, extinguir a ação política dos representantes do povo e instaurar a "paz" através do silêncio obrigatório e da permanente vigília estatal?

Como poderia este governo classificar de subversivas certas ações, se cometia atos com requinte de crueldade, adotando os mais criativos meios para a prática da tortura? Se ignorava o significado da palavra cidadania e, sob pretexto de proteção à sociedade brasileira, retirava dela indivíduos para silenciá-los, machucá-los e matá-los?

Perguntamos por que razão estes opressores não foram julgados e foram também amparados pela Lei "ampla, geral e irrestrita" da Anistia. Perguntamos, ainda, se o governo brasileiro será parceiro em desvendar o que até hoje permanece na obscuridade, auxiliando na abertura dos arquivos da época ditatorial, em que fica evidente a participação do Brasil nas ditaduras militares de outros países. Se indenizará todos os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, reconhecendo, desta forma, sua responsabilidade.

Mas o principal questionamento que fazemos, depois de tanta luta pelo resgate da democracia e pela justiça é: será que os prejuízos desta época da história brasileira ficaram claros e evidentes aos cidadãos brasileiros para que não mais se repitam?

Operação Condor

O significado desta Operação

As ditaduras militares, entre as décadas de 60, 70 e 80, foram uma regra na América Latina. A "guerra suja" na Argentina, entre 1976 e 1984, desapareceu com mais de 30.000 cidadãos, conforme pesquisadores e integrantes de movimentos de Direitos Humanos. Inúmeros bebês e crianças, filhos de desaparecidos e de presos

políticos, foram aniquilados, mortos e retirados de seus pais e entregues à famílias de direita para que fossem “ensinados” sobre a ideologia do governo, caracterizando a ditadura argentina, desta forma, como repressão de extremo autoritarismo e violência.

No Chile, Augusto Pinochet foi o responsável pela morte, desaparecimento e tortura de inúmeros cidadãos, inclusive europeus e latino-americanos. É este ditador que ainda hoje desfruta de uma cadeira vitalícia no senado chileno e escapou da extradição para a Espanha, como se não tivesse cometido lesão alguma à humanidade (espera-se, entretanto, que a Justiça chilena condene-o pelos crimes cometidos).

Ainda, Alfredo Stroessner, o ditador do Paraguai que atualmente goza dos privilégios do asilo político concedido pelo governo brasileiro, conforme analisamos a seguir, sufocou a oposição ao seu regime com repressão, violência e prática de genocídio.

Estes regimes militares, contando ainda com a participação do Uruguai, da Bolívia e da ditadura de nosso país, formaram a Operação Condor. Esta Operação tinha como finalidade estabelecer a cooperação entre os serviços de inteligência das ditaduras militares do Cone Sul, criando um intercâmbio e armazenamento de dados sobre indivíduos que se mostrassem contrários ao regime.

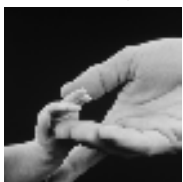
Na verdade, a Operação Condor veio a viabilizar a repressão aos opositores do poder e consolidar os ideais políticos e econômicos das ditaduras latino-americanas, extinguindo, para isso, os limites geográficos que separam os países. Esta rede de inteligência, também chamada de Plano Condor, consistia na troca de informações, vigília, seqüestro, desaparecimento, tortura e assassinato dos opositores destes regimes militares. O governo de um Estado, ao raptar um indivíduo procurado pela ditadura vizinha, remetia-o ao seu país, entregando-o às feras para que, sob tortura, fornecesse informações.

Este “clube do horror” tinha como sócios fundadores Ernesto Geisel (do Brasil), Aparício Mendes (Uruguai), Jorge Videla (Argentina), Hugo Banzer (da Bolívia), Alfredo Stroessner (Paraguai), além de Augusto Pinochet (do Chile).

Os números da tirania na América Latina

A contribuição de governos dos países vizinhos, por terem semelhante perfil ideológico e ostentarem os mesmos ideais de autoritarismo e repressão, facilitou a busca de opositores destas ditaduras em território estrangeiro.

A Operação Condor uniu aparatos repressivos do Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. A seguir, apresentamos, em números, o resultado desta repressão. Salienta-se, entretanto, que estes dados abrangem apenas as datas mencionadas, não incluindo, desta forma, a totalidade de vítimas das ditaduras militares destes países. A resistência dos governos em contribuir para a abertura dos arquivos e a obscuridade dos atos praticados naquela época, dificultam a obtenção dos números precisos deste período ditatorial.





Quadro da violência

Brasil (de 1964 a 1979)			
Mortos e desaparecidos		Vítimas de torturas	
166		Até hoje não há como precisar	
Centenas de cassações, aposentadorias forçadas e demissões das serviço público			
Chile (de 1973 a 1989)			
Mortos	Desaparecidos		Presos políticos em 1976
2.011	1.185		42.486
Argentina (de 1976 a 1983)			
Mortos e desaparecidos	Vítimas identificadas pela CNDP*		Filhos de ativistas seqüestrados
58.000	8.961		250
Uruguai (de 1973 a 1984)			
Mortos	Desaparecidos	Bebês seqüestrados	Detidos
131	166	12 (seis localizados)	Aproximadamente 55.000
Paraguai (de 1974 a 1989)			
Mortos e desaparecidos	Vítimas identificadas		Exilados
Entre 1.000 a 2.000	70		1.000.000

Fonte: Zero Hora, edição de 27/06/99. * CNDP - Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas.

Brasil no auxílio à ditadura da Argentina

O governo brasileiro responde até hoje pelo desaparecimento de seis argentinos dentro de nosso território. Jorge Oscar Adur, Norberto Armando Habegger, Henrique Nestor Ruggia, Mônica Suzana Pinus de Binstock, Horacio Domingo Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas foram perseguidos dentro do Brasil por policiais argentinos, entre os anos 1974 e 1980, amparados na licença concedida pelo governo de nosso país para aqui efetuarem buscas de adversários políticos da Argentina. Em 1997, os familiares das três primeiras vítimas citadas foram indenizados pelo Brasil. Entretanto, as três vítimas restantes não foram abrangidas pela lei de indenização.

A Justiça argentina anunciou o início das investigações para descobrir o paradeiro dos seis argentinos desaparecidos no Brasil e descobrir quais eram as autoridades que atuavam nos pontos estratégicos, como a fronteira com a Argentina em Uruguiana.

Brasileiros desaparecidos em território estrangeiro

A cooperação entre os governos permitiu que 13 brasileiros desaparecessem na Argentina, Bolívia e no Chile. Até hoje, o paradeiro dos corpos desses militantes é desconhecido pelo governo brasileiro e por suas famílias, o que acarreta uma torturante angústia de não saber sobre seus destinos, se foram enterrados dignamente ou como indigentes, assim como milhares de outros "subversivos do poder".

Desaparecidos na Argentina

1. Francisco Tenório Júnior, músico, estava em Buenos Aires em excursão com o poeta Vinícius de Moraes e o violonista Toquinho. Em 18 de março de 1976, aos 36 anos, foi seqüestrado pela rede clandestina da repressão oficial, quando buscava encontrar uma farmácia a procura de medicamentos. Mesmo com toda a mobilização realizada pelos amigos Vinícius, Toquinho e o poeta Ferreira Gullar, exilado em Buenos Aires, que efetuaram buscas em hospitais, delegacias e junto à Embaixada do Brasil, o desaparecimento não foi desvendado.

Em 1986, o ex-torturador argentino Cláudio Vallejos, em entrevista concedida a uma revista daquele país, divulgou documentos até então desconhecidos, onde são citados, inclusive, os nomes de vários brasileiros desaparecidos no exterior. Em um destes documentos, enviado pelo Chefe da Armada Argentina à Embaixada brasileira em 25 de março de 1976, há menção ao nome de Tenorinho, como era conhecido: "Lamentamos informar a esta representação diplomática o falecimento do cidadão brasileiro Francisco Tenório Júnior. (...) O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que foi oportunamente informado a esta Embaixada. O cadáver encontra-se à disposição da Embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, onde foi remetido a devida autópsia".

O governo brasileiro, mesmo após a Embaixada ter recebido tais informações, jamais informou a família de Tenorinho, aumentando sua angústia com a falta de notícias sobre seu desaparecimento, e privando-a de receber seus restos mortais.

2. Jorge Alberto Basso, militante do Partido Operário Comunista (POC), em Porto Alegre. Passou pelo Chile, entre 1971 e 1973, onde estudou História. Em virtude do golpe instaurado naquele país, viajou para a Argentina, onde foi preso em um hotel de Buenos Aires, em 15 de abril de 1976.

Em 1993, a Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal esteve em Buenos Aires, onde foi informada de que o brasileiro teria sido visto na Penitenciária de Rawson.

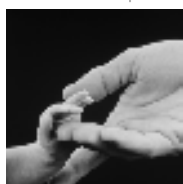
3. Luiz Renato do Lago Faria, estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Buenos Aires, desapareceu em 7 de fevereiro de 1970.

4. Maria Regina Marcondes Pinto, paulista, foi para o Chile em 1970, onde ligou-se ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Foi presa na época do golpe que derrubou Salvador Allende, em 1973, e voltou ao Brasil, viajando, em seguida, para a Argentina. Sua última aparição foi em Buenos Aires, em abril de 1976. Admite-se a hipótese de que tenha sido entregue à ditadura do Chile. Sobre seu desaparecimento, há diferentes especulações. Jornais europeus publicaram que a brasileira foi presa pelo governo argentino, sendo após entregue ao Chile. Há informações de que Maria Regina foi levada à Santiago já sofrendo perturbações psiquiátricas. Desapareceu em 1976, aos 29 anos.

5. Roberto Rascardo Rodrigues, em 1977, foi seqüestrado por seis indivíduos que usavam uniforme da Marinha Argentina e invadiram sua residência, em Buenos Aires. O relatório do Ministério da Marinha dispõe da seguinte informação: "Fev/77... seqüestrado por seis elementos em Buenos Aires...(Diário Oficial da União nº 60 de 29/03/81)".

6. Sidney Fix Marques dos Santos, natural de São Paulo, era dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port). Era militante político e editava o jornal Frente Operária do Port. Foi seqüestrado na capital argentina, onde encontrava-se exilado desde 1972, no dia 15 de fevereiro de 1976, aos 36 anos.

A família do brasileiro tentou, junto aos governos do Brasil e da Argentina, obter dados sobre seu paradeiro. Recebeu como resposta a informação de que o governo argentino não localizou seu corpo, nem possui atestado de seu óbito.





7. Walter Kenneth Nelson Fleury, desaparecido em 9 de agosto de 1976, em Buenos Aires. Conforme informações de entidades que investigam a morte e desaparecimento por motivos políticos na Argentina, Walter, após seu seqüestro, teria sido visto em uma prisão da periferia de Buenos Aires, entre os meses de novembro e dezembro de 1976.

Desaparecido na Bolívia

Luiz Renato Pires de Almeida, gaúcho, estudava na Faculdade de Agronomia, em Santa Maria. Após o Golpe de 1964, quando alguns estudantes foram presos e outros fugiram ou se tornaram clandestinos, Luiz Renato foi preso e permaneceu por 8 meses na Ilha do Presídio, em Porto Alegre. Em 1966, depôs na CPI da Assembléia Legislativa do Estado, denunciando as torturas a que seu colega de cela assassinado, Manoel Raimundo Soares, fora submetido. Após fuga para o Rio de Janeiro, ainda no mesmo ano, foi para Moscou, onde ligou-se a um grupo de estudantes latino-americanos com ideais guevaristas. Foi, então, para a Bolívia, onde foi executado, junto com seus companheiros de guerrilha, pelas tropas bolivianas, em outubro de 1970. Até hoje o paradeiro de seu corpo é desconhecido.

Desaparecidos no Chile

1. Jane Vanini, militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Condenada a cinco anos de prisão no Brasil, refugiou-se no Chile, onde passou a integrar o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), sendo caçada pelo governo de Pinochet. Foi morta dia 6 de dezembro de 1974, em Concepción, cidade chilena. Um grupo da marinha daquele país invadiu a casa de Jane, que teria resistido com uma metralhadora. Foi encontrada morta com um tiro na cabeça, aos 29 anos. O Serviço de Identificação Médico Legal de Santiago está investigando uma ossada, encontrada em 1998 numa vala comum do cemitério de Talcahuano, que pode ser de Jane. Caso seja comprovada a suspeita, esta será a primeira prova material de que perseguidos políticos brasileiros foram torturados e mortos fora de nosso país.

Em 1993, o governo chileno assumiu a responsabilidade pelo desaparecimento de Jane Vanini, concedendo indenização a sua família como forma de reparação.

Em uma das cartas escritas no exílio no Chile, enviadas a sua irmã residente no Brasil, Jane expressa seu sentimento de justiça frente às violações que a ditadura criou: "... Lamento muito que vocês não compreendam nem aceitem minhas ânsias de justiça, de liberdade e de amor. Viajei muito pelo Brasil e, em cada canto, havia uma miséria dessas que te fazem levantar e murmurar cheio de ódio e de amor: 'Brasil, conte comigo.'"

2. Luiz Carlos Almeida, preso, torturado e fuzilado em setembro de 1973, em Santiago, no Chile.

Os detalhes sobre sua morte foram esclarecidos pelas investigações da CCDH e pelo também brasileiro Luiz Carlos Almeida Vieira, que estava com ele no Chile e que atualmente mora na Suécia. Conta o brasileiro que quando ocorreu o golpe contra Salvador Allende, no país chileno, estava morando com Luiz Carlos Almeida. Após invasão de sua casa, foram levados ao Estádio Nacional, onde foram torturados. De lá, seguiram em carro militar, junto com um uruguaio, para as margens do Rio Mapocho. Carlos Almeida e o uruguaio foram fuzilados ao tentar entrar no rio. Luiz Carlos de Almeida Vieira sobreviveu ao ser levado, baleado e inconsciente, pela correnteza das águas.

3. Nelson de Souza Kohl, militante do Partido Operário Comunista (POC). Após período de exílio na Argentina, foi para o Chile, em 1972, época em que foi julgado à revelia pela 1ª Auditoria do Exército, em São Paulo, pela sua ligação com o POC, sendo condenado a dois anos de prisão. Em 15 de setembro de 1973, foi seqüestrado pela Força Aérea do Chile, estando, desde esta data, desaparecido.

A Comissão de Representação Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, em pesquisa realizada no Chile, localizou o atestado de óbito do brasileiro, onde consta que o mesmo morreu em confronto

com a polícia. Este atestado foi assinado pelo médico Alfredo Viana, o mesmo que atestou a morte de inúmeras outras pessoas no golpe de 1973, entre elas Salvador Allende.

4. Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Após ser torturado no Brasil, em 1969, pediu asilo político no Chile, para onde foi em 1970. Em 13 de setembro de 1973, Túlio Roberto e sua esposa Narcisa foram detidos e levados para a Escola Militar. Narcisa foi liberada na mesma noite; Túlio, por não dispor do documento necessário, permaneceu detido. Ao voltar ao Presídio em posse dos documentos, sua companheira não o encontrou mais. Está desaparecido desde esta data.

A família de Túlio Roberto recebe pensão do governo chileno como forma de reparação, desde que este assumiu sua responsabilidade, em 1993.

5. Vânio José de Matos, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desapareceu em 1973, aos 47 anos. Capitão da Polícia Militar da São Paulo, foi expulso desta corporação em 1970 e banido para o Chile. A ex-presença política Marijane Lisboa relata que Vânio e sua esposa foram levados para o Estádio Nacional de Santiago, onde, sem tratamento médico, morreu em outubro de 1973. A certidão de seu óbito, feita em Santiago, acusa como causa-mortis “perionite aguda”. Nesta certidão, porém, não constam assinaturas de médicos legistas.

Audiência Pública sobre Operação Condor

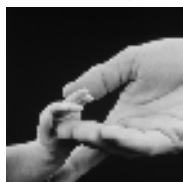
No dia 24 de maio de 2000, a CCDH realizou Audiência Pública para discussão da “Operação Condor”. Além dos deputados integrantes da CCDH, a Audiência contou com representantes do Comando Geral da Brigada Militar, de entidades ligadas a defesa dos Direitos Humanos e do jornalista Nilson Mariano, autor do livro “Operación Condor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur”.

O jornalista Nilson Mariano disse que a participação do Brasil nesta Operação foi mais intensa na fase de formação do banco de dados, mas que o País ainda tem muito a explicar com relação a troca de prisioneiros. Já a assessora da CPI da Espionagem Política, Sinara Porto Fajardo, relatou que a CPI encontrou, nos arquivos do Paraguai abertos em 1992, documentos datados de 1965, que comprovam a existência de uma organização internacional de países do Cone Sul antes da Operação Condor.

Sub-comissão de investigação da morte de Jango

Na Audiência realizada pela CCDH, foi criada uma subcomissão, solicitada pelos deputados estaduais João Luiz Vargas (PDT) e Vieira da Cunha (PDT), para acompanhar os trabalhos de investigação da morte do ex-presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976. Jango morreu na fazenda de sua propriedade, em Mercedes, na Argentina. Conforme dados oficiais, o ex-presidente teria morrido em decorrência de problemas cardíacos. A veracidade desta afirmativa, no entanto, é questionada por vários deputados, estaduais e federais, e inclusive pela própria família do ex-presidente, que acredita ter ele sido mais uma das tantas vítimas da Operação Condor.

A seguir, apresentamos o texto produzido para este “Relatório Azul”, pelo relator da subcomissão, deputado João Luiz Vargas:



“Compromisso histórico

João Luiz Vargas¹

Se aos defasados no tempo, no sentido da colocação de idéias ou procedimentos atrasados é reservado o deboche e a ironia de seus contemporâneos, aos anacrônicos adiantados no tempo têm sido reservadas penas injustas: Colombo, propugnando a circunavegação, terminou seus dias pobre e esquecido num convento, longe dos seus. Galileu, defendendo que o Sol era o centro de um sistema, com planetas orbitando em volta, teve que defender-se da acusação de heresia; segundo a Igreja isso contrariava os textos bíblicos. Outros como Leonardo Da Vinci e Copérnico, dissimularam suas proposições para fugir à fogueira da Inquisição. A João Goulart o destino atribuiu a mesma sina. O seu maior ‘pecado’ foi propor, no início dos anos 60, alterações nas áreas agrária, bancária, eleitoral, tributária, salarial, previdenciária, financeira e outras tantas. Eram as Reformas de Base, propondo fim de privilégios descabidos. Ele pretendeu implantar uma reforma agrária, capaz de garantir o sustento de tantos, agregando fatores para garantir a eficácia do intento, como tecnologia e financiamento, criar o Banco Rural para garantir a atividade do campo, a reforma tributária, a reforma eleitoral, a reforma educacional, atribuindo às empresas com mais de cem funcionários a co-responsabilidade em proporcionar ensino elementar gratuito aos seus colaboradores; era um início de parceria governo-empresa; início nessa variável tão básica para os trabalhistas de ontem e de hoje: a Educação.

Jango estava quatro décadas adiante do seu tempo. Interrompida a trajetória do estadista, o País amarga um dos piores índices de distribuição de renda e desemprego do mundo. Jango estaria com 82 anos de vida, se não tivesse morrido prematuramente no exílio que o impediu de dar continuidade a valiosíssima vida pública, em defesa dos brasileiros. Todos os seus feitos, a sua conduta irrepreensível seriam razão suficiente para justificar a nossa participação nas investigações sobre os fatos reais que desembocaram na sua morte. Nós gaúchos temos compromisso com a memória desse célebre conterrâneo. O legado de coragem, coerência e amor que nos deixou explica o esforço e a disposição da subcomissão em fazer justiça ao Brasil órfão de Jango. Esse é o sentimento que move cada integrante da subcomissão do Legislativo que investiga a ligação da morte do ex-presidente com os crimes praticados pelos regimes arbitrários que sufocaram a América Latina.

A subcomissão sobre a morte do ex-presidente tem o compromisso de recuperar as circunstâncias da sua morte, como dos ativistas de esquerda massacrados pelos regimes militares nos longos anos 70. Contamos com o apoio de companheiros da Argentina e do Uruguai, gente que está disposta a contribuir para elucidar a história e livrá-la, para sempre, de qualquer ameaça à liberdade, a democracia e aos Direitos Humanos e individuais.”

O deputado estadual Vieira da Cunha, que também integra a subcomissão, fala sobre o regime militar e suas consequências para nossa sociedade:

“Anos de Chumbo

Vieira da Cunha²

O período que se inicia com o golpe militar de 64 representou um corte abrupto no projeto de um desenvolvimento verdadeiramente nacional e popular que se delineava no Brasil sob a presidência de João Goulart.

¹ Deputado estadual do PDT e relator da subcomissão sobre a morte de João Goulart.

² Deputado estadual do PDT e integrante da subcomissão sobre a morte de João Goulart.



Nos dois anos e meio de seu governo, Jango retomou as bandeiras de Getúlio Vargas, tendo como eixo de suas políticas o povo trabalhador do campo e das cidades.

As reformas de base encaminhadas ao Congresso Nacional significavam o rompimento de estruturas arcaicas que impediam o Brasil de construir-se como Nação soberana e moderna e abriam a possibilidade concreta de superar o atraso e pôr um fim nas imensas desigualdades sociais, herança da época colonial.

O controle nacional sobre o capital estrangeiro, a duplicação do salário mínimo (à época, 125 dólares) eram metas do governo trabalhista que aspirava o progresso dentro da lei e da democracia.

Intensa mobilização política e social retratava o otimismo dos que acreditavam no nascimento de um novo Brasil.

Na vertente oposta – a dos conspiradores – colocava-se o Brasil da reação, dos que não aceitavam perder seus privilégios e não vacilariam em aliar-se ao golpe urdido pela CIA para desestabilizar governos nacionais que buscavam construir um desenvolvimento sustentado.

A regulamentação da remessa de lucros de empresas estrangeiras para fora do país que corroía nossa economia, a ênfase na proteção dos assalariados contrariaram frontalmente grandes empresários, banqueiros, setores militares, imprensa, agências de publicidade e oligarquias, colocando o governo Jango como alvo de campanhas de difamação, de modo a enfraquecê-lo e ensejar sua deposição, o que ocorreu em 1º de abril de 64, quando iniciam os chamados “Anos de Chumbo”.

Os militares iniciam a repressão contra os chamados “subversivos”, onde se incluíam as organizações sindicais, as ligas camponesas e os movimentos estudantis.

Sob o lema “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, iniciam-se as perseguições, sucedendo-se os atos institucionais cassando mandatos e suspendendo direitos políticos, além dos expurgos de professores nas Universidades.

Em nome do combate ao comunismo, a atividade política passa a ser encarada como algo suspeito e indesejável. Inventam-se a máxima “estudante é para estudar, trabalhador é para trabalhar”.

Cria-se o Serviço Nacional de Informações e o bipartidarismo.

Com a decretação da Lei de Imprensa, a liberdade de informação é cerceada.

Os estudantes saem às ruas em protesto contra o arbítrio, destacando-se a passeata de março de 68 quando, na invasão do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, foi morto o estudante Edson Luís, um dos símbolos da luta contra a ditadura.

O AI-5, promulgado em dezembro de 68, dá início ao período de maior repressão e violência da história brasileira que atingirá seu ápice no Governo Médici, sob a égide da Lei de Segurança Nacional.

Fecha-se o Congresso, suspendem-se direitos e garantias individuais, inclusive o habeas corpus, e a tortura, como método de investigação, passa a integrar o aparelho repressivo.

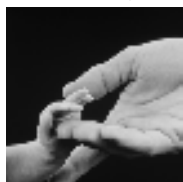
Quando uma parte da esquerda opta pelo caminho da luta armada, o combate ao chamado terrorismo não teve limites.

Pessoas são mortas e “suicidadas”, após sessões de torturas cada vez mais sofisticadas. Dadas como desaparecidas, são enterradas com nomes falsos em cemitérios ou em locais clandestinos, para desespero de seus familiares.

O governo iniciado em 1970 pelo general – presidente Médici estabelece a censura prévia nas redações. Os vetos se estendem a peças teatrais e letras de músicas que mencionassem, mesmo de forma velada, a realidade brasileira.

Hoje, ao analisarmos as consequências do golpe em relação à vida do povo brasileiro, constatamos o quanto foi prejudicial a interrupção do fluxo da nossa história.

A dívida de 3 bilhões de dólares do período Jango, ultrapassa hoje a cifra de 250 bilhões. O salário mínimo de 80 dólares é insuficiente para suprir as necessidades básicas. Multiplicou-se a legião dos excluídos, situando-se hoje em 35 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; agravou-se nossa situação de dependência em relação ao capital internacional que hoje dá as diretrizes de nossa política econômica; a reforma agrária não sai do papel e as tensões sociais aumentam nas zonas rurais e urbanas.





Jango nunca se conformou em viver longe da pátria e, segundo depoimentos dos que com ele conviveram, estava decidido a retornar ao Brasil, quaisquer que fossem as consequências.

Entretanto, morreu no exílio em 6 de dezembro de 1976 proibido de pisar no solo da pátria que ele tanto amava. Seus amigos e correligionários enfrentaram grandes dificuldades para trasladar seu corpo. A autorização foi obtida sob severas restrições. Esquife fechado, o comandante do III Exército só permitiu a entrada do veículo que transportava o corpo em velocidade acelerada e sem acompanhamento até o local onde seria velado. Sobre o seu caixão, a palavra 'anistia' levava a mensagem de esperança, prenúncio do grande movimento nacional pela Anistia ampla, geral e irrestrita que se formava no país por iniciativa das mulheres e que lograria sua conquista em agosto de 1979.

A morte de Jango vem sendo objeto de investigação em nível nacional, e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi criada uma Subcomissão na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos para auxiliar o trabalho da Câmara dos Deputados. O povo brasileiro tem o direito de conhecer todas as informações deste período que marcou brutalmente a nossa história.

O conhecimento da história, a plena consciência da importância dos valores democráticos e o respeito aos direitos humanos são a garantia de que a tragédia daqueles 15 anos de chumbo não se repetirá.

Para que não se esqueça, para que não mais aconteça."

Depoimento de Lilian Celiberti na CCDH

A CCDH, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), realizou Audiência Pública, no dia 30 de junho de 2000, para ouvir o depoimento de Lilian Celiberti, uma das vítimas da "Operação Condor". A Audiência contou com a presença da presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT), licenciada na data do evento, e foi coordenada pelo presidente da CDH, deputado federal Marcos Rolim (PT/RS). Estavam presentes, ainda, Lilian Celiberti, o Cônsul Geral do Uruguai, Oscar Demaria e o advogado de Lilian à época do seqüestro, Omar Ferri, além de entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos.

Em seu depoimento, Lilian contou que ela e seu companheiro Universindo Dias foram presos em Porto Alegre, em 1978, por um comando clandestino, e que ainda está viva graças a diferenças políticas entre o Brasil e o Uruguai: no país o seu seqüestro teve um custo político muito alto. Os policiais civis que a prenderam e torturaram queriam saber se haviam outros uruguaios no Brasil.

Relatou, ainda, que seus seqüestradores não precisaram passar por trâmites legais na fronteira do Brasil com o Uruguai, o que prova que as autoridades brasileiras tinham conhecimento prévio da operação.

O seqüestro de Lilian, Universindo e de duas crianças, filhas de Lilian, ocorreu em novembro de 1978, em Porto Alegre, de onde foram transferidos para o Uruguai por forças de segurança brasileira e uruguaia. Após uma forte campanha internacional, o casal foi libertado, e depois da redemocratização do Brasil, venceram a ação indenizatória contra o Estado e ação penal contra os policiais responsáveis pela detenção.

O esclarecimento do caso de Lilian Celiberti inspirou a criação da CCDH, em 1980. Militante dos Direitos Humanos, Lilian estava no Brasil buscando auxílio para os casos de desaparecidos uruguaios e argentinos. "A busca da verdade é uma responsabilidade democrática de hoje. O debate não encerrou", enfatiza a vítima da Operação.

A ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Lícia Peres, também presente na Audiência, informou da existência de um dossiê sobre a Operação Condor de Lilian Celiberti e Universindo Dias. O documento teria sido entregue pelo senhor Beno Kufuri ao então arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns. Lícia sugeriu que se tente resgatar esse dossiê.

Carta à FHC solicitando abertura dos arquivos

Até hoje, as instituições federais do Brasil resistem em abrir os chamados arquivos secretos brasileiros (SNI, PF, CIE, CISA, CENIMAR, DOI-CODs), fazendo com que toda a violência praticada pelo Estado na época ditatorial, registrada com o carimbo oficial, permaneça inacessível.

Em função disso, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Marcos Rolim (PT/RS), remeteu ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, uma solicitação de abertura dos documentos em posse do governo brasileiro, referentes às ações do regime militar, com ênfase na Operação Condor.

A iniciativa é motivada pelo anseio de se descobrir qual foi, efetivamente, a participação do governo brasileiro neste intercâmbio de informações entre as ditaduras latino-americanas.

Reproduzimos, a seguir, parte deste texto:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso,

Solicitamos a Vossa Excelência que, na condição de chefe supremo das Forças Armadas, determine a abertura dos arquivos sobre a 'Operação Condor' e todas as demais informações produzidas durante o regime militar hoje em poder do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do antigo Serviço Nacional de Informações, da Polícia Federal e de quaisquer outras instituições federais.

Fazemos este apelo público a Vossa Excelência após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na qual foi consensual o entendimento de que os arquivos existem, a sociedade tem o direito de conhecê-los e o Estado o dever de disponibilizá-los, para o conhecimento pleno da nossa História. (...)

(...) Não espere, Senhor Presidente, que a justiça de outros países se adiante e monte o quebra-cabeças antes de nós, brasileiros.

Determine já, Senhor Presidente e chefe supremo das Forças Armadas, que se abram, afinal, os arquivos militares, e de uma vez por todas seja reparada a injustiça para com as famílias dos desaparecidos políticos que continuam a viver a incerteza e o horror de não poder enterrar seus entes queridos.

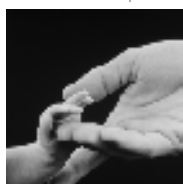
Brasília, 18 de maio de 2000."

Caso Alfredo Stroessner

Asilo político para ditadores?

"Con Derechos Humanos o sin Derechos Humanos, seguiremos en el poder construyendo y progresando, orgullosos de nuestro gobierno y de nuestro partido."

Esta frase, retirada do "Arquivo do Horror" do Paraguai, evidencia o que o ex-ditador Alfredo Stroessner almejava do poder. Para tanto, implantou em seu governo, no Paraguai, a prática mais cruel de violação dos Direitos Humanos. Fez da tortura, do desaparecimento de inúmeros cidadãos e do genocídio, entre outras atrocidades, uma habitual forma de controlar o poder e implantar seus ideais. É este ditador que vive há mais de dez anos em nosso território, desfrutando de um asilo político concedido pelo governo brasileiro.





O asilo político é permitido pela Constituição Federal, em seu artigo 4º, inciso X, sendo um princípio que rege nossas relações internacionais. Essa concessão ao asilo, no entanto, não pode permitir que se acolha, em nosso território, pessoas responsáveis por atos violadores dos Direitos Humanos.

Campanha a favor do julgamento de Stroessner

Na referida Audiência Pública, realizada no dia 30 de junho de 2000, a CCDH e a CDH lançaram uma campanha para que o ex-ditador paraguaio seja submetido à julgamento no Brasil. A campanha consiste no envio de 10 mil cartões postais ao presidente Fernando Henrique Cardoso, cada um contendo uma assinatura. A seguir, reproduzimos o texto contido no cartão:

“Senhor Presidente,

Alfredo Stroessner fez história no Paraguai. Genocídio, tortura, desaparecimento forçado de pessoas e execuções extrajudiciais foi o legado do terror deixado por este ditador, que por 35 anos governou nosso país vizinho.

Atualmente, este cidadão responde a seis processos judiciais perante a Justiça paraguaia, entretanto, o número poderia ser muito maior, tendo em vista que, durante o seu governo, mais de 300 pessoas desapareceram.

O asilo político, concedido ao Sr. Stroessner pelo Brasil, não pode servir de instrumento para a consagração da impunidade, principalmente porque este instituto, de asilo, ser de natureza humanitária, e não para proteger criminosos que cometeram sistemáticas e generalizadas violações de Direitos Humanos.

Logo, com base no art. 7º, inciso I, alínea ‘d’, inciso II, alínea ‘a’, do Código Penal Brasileiro, e nas Convenções Internacionais, Preceitos e Princípios Constitucionais Pátrios, solicito que o Sr. Alfredo Stroessner seja submetido a julgamento perante a Justiça brasileira, pelos crimes cometidos durante seu governo no Paraguai.”

Representação contra o ex-ditador

Na tentativa de fazer com que a impunidade seja corrigida a tempo, o deputado federal Marcos Rolim, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e Tarciso Dal Maso Jardim, diretor do Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos, entraram com uma Representação na Procuradoria da República contra Alfredo Stroessner, reunindo fundamentação jurídica necessária para que o ex-ditador seja julgado no Brasil. A seguir, reproduzimos parte do referido documento, onde são citados casos de vítimas desta repressão.

“Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral da República

(...) Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o deputado Marcos Rolim realizou, de 27 a 29 do mês de maio de 2000, visita ao Paraguai, com a finalidade de buscar documentos e testemunhos sobre as violações de Direitos Humanos ocorridos naquele país durante o governo do general Alfredo Stroessner.

Além dos depoimentos colhidos de pessoas torturadas - de mulheres e homens que ficaram encarceradas durante anos, nas piores condições, sem jamais responder ao devido processo legal; de mães cujos filhos nasceram em prisões desumanas e de pessoas com idade avançada que convivem com a dor causada pelo desaparecimento de familiares - há farta documentação que se soma a sentenças judiciais, formando provas da participação direta e da responsabilidade penal do senhor Alfredo Stroessner pelos crimes de “Lesão Humanidade” ocorridos no país vizinho.

(...) soube-se que já em 1958 havia pelo menos 14 lugares de confinamento dos opositores políticos. Lugares que não apenas confinavam pessoas, mas que foram transformados em verdadeiros campos de concentração. Nessa época, a tortura já era rotineira, os presos eram raramente processados e o confinamento era utilizado com assiduidade para castigar opositores (...)

O Estado de Sítio permitia a não aplicação dos direitos fundamentais, incluindo a prisão por tempo indeterminado, independente de julgamento. E, como o Estado de Sítio paraguaio foi sendo renovado de 1954 até 1987, muitas pessoas ficaram detidas arbitrariamente por mais de 20 anos(...).

Os mecanismos repressores de Stroessner afetaram a vida de milhares de pessoas, mediante o desaparecimento forçado e a execução extrajudicial. Assim, serão referidos, em seguida, alguns casos extraídos de processos judiciais movidos por vítimas contra agentes do Estado:

A- Mário Schaerer Prono

Mário Schaerer Prono e sua esposa Guillermina Kanonnikoff foram presos em 5 de abril de 1976. Ela, que à época estava grávida, ficou presa mais de um ano, tendo seu filho nascido na prisão. Guillermina declarou em juízo que viu seu marido em várias oportunidades, enquanto estava no Departamento de Investigações e, inclusive, escutou seus gritos durante sessões de tortura. A última vez que o viu se encontrava em estado grave. Várias outras pessoas, que se encontravam detidas no Departamento de Investigações, viram seu marido em estado grave. A versão oficial do governo foi a de que Prono havia morrido em um enfrentamento com a polícia.(...)

B - Miguel Angel Soler

Miguel Angel Soler, filho de um ex-Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, advogado e Secretário Geral do Partido Comunista Paraguai, foi seqüestrado em sua casa, em Assunção, e ilegalmente preso pela polícia paraguaia, juntamente com sua esposa e filha, em 30 de novembro de 1975. Segundo testemunhas ouvidas no processo judicial, ao entrar no Departamento de Investigações, Soler gritou: "Viva o Partido Comunista! Sou Miguel Angel Soler". Uma das testemunhas, Mauricio Schwartzmann, que foi torturado na mesma câmara de torturas, disse ter visto, no local onde fora torturado Miguel Angel Soler, uma cama de ferro ortopédica com elásticos e braceletes apropriada para choques elétricos e um refletor. Também depõe que havia sangue no chão, cobrindo toda a extensão da sala.

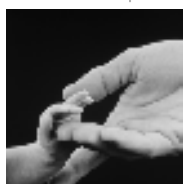
C - Carlos Jose Mancuello

Carlos Jose Mancuello, estudante de engenharia em La Plata, Argentina, foi preso em 25 de novembro de 1974 na aduana paraguaia de Puerto Falcón (fronteira com a Argentina) com sua esposa Gladys Esther Ríos de Mancuello e uma filha de oito meses. Foi recolhido à ala onde se encontravam os presos Amilcar Oviedo y Maria Magdalena Galeano. De acordo com as provas recolhidas, Carlos Jose Mancuello foi submetido a todo tipo de torturas no Departamento de Investigações. Seus familiares levavam-lhe roupas, alimentos e medicamentos e retiravam suas vestimentas ensanguentadas. No dia 21 de setembro de 1975, os familiares foram surpreendidos com a impossibilidade de prestarem qualquer ajuda, em razão de os guardas afirmarem que Carlos José Mancuello não se encontrava mais no Departamento. Na mesma data foi trasladado um grupo de prisioneiros políticos para "Investigaciones a Emboscada", mas, também ali, Carlos José Macuello não foi encontrado. Está desaparecido até hoje.

Neste caso, tem-se a declaração informativa do oficial Jorge Pane Zárate, afirmando que o destino do grupo de quatro detentos, entre os quais figurava Mancuello, estava vinculado a ordens diretas de Alfredo Stroessner e de Pastor Coronel(...)

D - Amilcar Maria Oviedo

Foi preso em via pública de Assunção, no dia 23 de novembro de 1974, sendo levado ao Departamento de Investigações. Durante vinte e seis meses os familiares levavam roupas, comidas e remédios para Amilcar Maria Oviedo. Muitas vezes o viram em estado grave por conta das torturas a que era submetido. Em 21 de setembro de 1976, o guarda Agustín Belotto, sem justificar, chamou os familiares e deu-lhes a notícia de que a partir de então estavam proibidos de visitar a vítima. Desde essa data se desconhece o paradeiro de Amilcar Maria Oviedo.(...)





E - Rodolfo e Benjamin Ramirez Villalba

Rodolfo e Benjamin Ramirez Villalba foram presos em 23 de novembro de 1974; Rodolfo, ao regressar da Argentina, e Benjamin, em um Bairro central de Assunção. Levados ao Departamento de Investigações, ficaram na mesma cela de Amílcar Maria Oviedo e Carlos Jose Mancuello. Desapareceram no mesmo dia em que desapareceu Amílcar Maria Oviedo, isto é, no dia 21 de setembro de 1976. A justificativa foi a de que se lhes aplicaram a "Ley de Fuga", versão que foi confirmada, em juízo, por Lucilo Benítez, policial que participou das torturas a que as vítimas foram submetidas. Nesse processo, o Juiz do feito pediu a extradição de Stroessner e chegou a decretar sua prisão, com a finalidade de garantir a extradição do ex-presidente.(...)

F - Estanislao Sotelo, Mario Ruiz Diaz, Secundino Segovia Britez, Feliciano Verdun, Federico Gutierrez, Adolfo Cesar Britos Uliambre, Gumerindo Britez e Reinal Gutierrez.

Em 8 de março de 1980, um grupo de camponeses da colônia Acaray, situada há poucos quilômetros da Cidade Puerto Presidente Stroessner, tomou uma decisão desesperada. Acoados pela pressão que o Exército paraguaio lhes fazia para abandonarem suas terras (como pequena digressão, dizia-se que muitos militares se apropriaram de terras, expulsando camponeses), tomaram à força um ônibus com o propósito de chegar à Assunção para solicitar às autoridades do "Instituto de Bienestar Rural" (IBR) os títulos de propriedade de seus campos e denunciar à opinião pública sua situação de angústia.

Os camponeses, fichados imediatamente como guerrilheiros pela polícia, embora não tenham portado armas, tiveram uma resposta brutal. Forças da II Divisão de Infantaria, armadas e apoiadas por helicópteros e aviões, cercaram os camponeses perto de "Campo 8", onde foram massacrados. Muitos morreram e Estanislao Sotelo, Mario Ruiz Diaz, Secundino Segovia Britez, Feliciano Verdun, Federico Gutierrez, Adolfo Cesar Britos, Concepcion Gonzalez, Fulfencio Castillo Uliambre, Gumerindo Britez e Reinaldo Gutierrez desapareceram e o paradeiro do grupo é desconhecido até hoje.(...)

Participação de Alfredo Stroessner na prática dos crimes de Lesa Humanidade:

Alfredo Stroessner responde atualmente a 6(seis) processos judiciais perante a Justiça paraguaia, por crimes de tortura, mortes e desaparecimentos forçados.(...)

Participação Brasileira na Violação de Direitos Humanos no Paraguai:

Também existe uma farta documentação, que demonstra a clara e evidente participação brasileira na violação dos Direitos Humanos no Paraguai.

Entre estes documentos, podemos referir: os Pedidos de Busca, de informações sobre militantes políticos que circulavam entre os organismos do Brasil e Paraguai; correspondências, ofícios e convites que as autoridades trocavam, via de regra, através das Embaixadas; as Conferências dos Exércitos Americanos, das quais o Brasil se fez representar, entre outros.(...)

Outro importante relato, dado pelo Presidente do Senado Paraguaio, Senador Juan Carlos Galaverna, ressaltou o seqüestro por agentes brasileiros de quatro cidadãos paraguaios, na cidade de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, e entregues às autoridades paraguaias como opositores do Governo Stroessner.(...)

Do Direito: Todos os tratados citados foram ratificados pelo Brasil e o Paraguai e as deliberações internacionais respaldadas por suas delegações. Portanto, devem ser seguidos de forma obrigatória pelos poderes constituídos internos. Isto significa que um genocida, exterminador e torturador como Stroessner não deveria, em tese, ser beneficiado com o asilo. No caso de sua concessão, o asilo não deveria impedir a extradição ou o julgamento interno, quando cabíveis.(...)

O que não parece aceitável, nem justo, é que o instituto de asilo, no caso concreto, tenha sido ao longo dos anos o instrumento funcional para a consagração da impunidade.(...)

O asilo, como vimos, é incompatível com crimes de lesa humanidade, crimes de guerra, crimes contra a paz e terrorismo de Estado.(...)

A consequência de não admitir o julgamento de Stroessner seria admitir o uso discricionário do asilo político, por parte do executivo, com a finalidade de proteger criminosos de lesa humanidade, mesmo quando internamente temos competência para julgar tais crimes.(...)

O fundamento para o exercício brasileiro da jurisdição em casos de crimes de lesa humanidade, independente se no crime estão envolvidos interesses nacionais ou internos, é o art. 7º, II, a, do Código Penal. Este dispositivo admite que estão sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir. (...)

Do Pedido: Assim, pugnam os requerentes pela procedência do pedido para submeter o Senhor Alfredo Stroessner a julgamento, perante a Justiça brasileira, pelos crimes cometidos durante o seu governo no Paraguai. (...)

Nestes termos, solicitam a Vossa Excelência, pelos fatos e enquadramento jurídico dessa representação, determine de pronto que seja feita a denúncia contra o Sr. Alfredo Stroessner.

Brasília, 13 de junho de 2000."

Vinte anos de anistia no Brasil

Lei da Anistia: anistia para quem?

Aprovada em 28 de agosto de 1979, no governo militar de João Batista Figueiredo, a Lei da Anistia significou um grande marco de luta popular contra o regime ditatorial em nosso país. Milhares de pessoas, mobilizadas, lutaram durante décadas por uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos e perseguidos políticos. Esta movimentação social e política foi criada e ampliada, ao longo do tempo, por universitários, membros da OAB, setores da igreja e toda a população que, cansada e indignada frente a tanta injustiça e obscuridade dos atos estatais, decidiu lutar contra as ações desta ditadura que atropelou a democracia e os princípios do Estado de Direito.

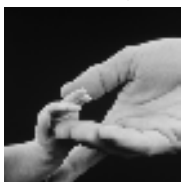
Vital para a reconquista das liberdades democráticas, a Lei de Anistia, porém, não identificou ou puniu os responsáveis pelas atrocidades cometidas na época da ditadura. Além disso, ela beneficia não só os que tiveram seus direitos e garantias inobservados e violados, mas também os próprios agentes do Estado, responsáveis por estas violações. Seria aceitável a auto-anistia para os repressores? Na verdade, as vítimas da ditadura não foram beneficiadas por esta Lei; o que ocorreu foi que a Lei de Segurança Nacional, aos poucos, foi sendo abrandada, tendo suas penas diminuídas e algumas condutas tipificadas como crime foram sendo progressivamente descriminalizadas. Em função disso, muitas vítimas do regime militar foram "beneficiadas" pelas modificações na Lei de Segurança Nacional, e não pela dita "ampla, geral e irrestrita" Lei da Anistia.

O parágrafo 2º da Lei exclui da concessão de benefícios os indivíduos que já haviam sido condenados pela prática dos crimes citados. Neste parágrafo, a inserção da palavra "condenados" evidencia a pretensão dos militares de se auto-anistiar, visto que nenhum torturador ou responsável pela morte de algum opositor do poder foi julgado, muito menos condenado.

Nem todas as famílias dos desaparecidos políticos, tratados pela Lei como "mortos presumidos", tiveram reparação pelos danos causados pela ditadura. Pior, muitas destas famílias ainda hoje não sabem sequer do paradeiro de seus entes desaparecidos. Seria aceitável que a Lei falasse em mortes presumidas, referindo-se aos que comprovadamente a ditadura matou por meio extra-oficial?

Esta lacuna legal fez com que os familiares das vítimas e entidades de Direitos Humanos se mobilizassem na luta pelo resgate da verdade, clamando por justiça.

Publicamos, a seguir, a íntegra da Lei da Anistia:





“Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.
Concede anistia e dá outras providências.

Art 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art 2º - Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta Lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes dos Policiais Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art 3º - O retorno ou reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º - Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art 4º - Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do servidor ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art 5º - Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art 6º - O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art 7º - É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art 8º - São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art 9º - Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art 10 - Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art 11 - Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art 12 - Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art 13 - O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República. "

Parlamentares cassados recebem homenagem

A Assembléia Legislativa do Estado, a CCDH e a Câmara Municipal de Porto Alegre realizaram, em 23 de agosto de 1999, uma sessão extraordinária lembrando os 20 anos da Anistia e homenageando os parlamentares cassados durante o regime militar.

A sessão extraordinária teve por objetivo manter viva a memória da luta pela anistia e contra qualquer tipo de opressão que cerceie os direitos políticos e civis dos cidadãos.

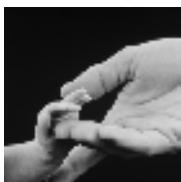
Segundo a presidente da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT/RS), é uma homenagem justa, pois o movimento pela Anistia é um marco histórico na redemocratização do país. "Infelizmente a Anistia beneficiou mais os torturadores do que os perseguidos políticos, principalmente os militares, alguns, até hoje, excluídos sem direito à reintegração às promoções que lhes são devidas", afirmou a presidenta.

Entre os participantes, estavam representantes do governo do Estado, vereadores, senadores, deputados, membros de movimentos de luta pela anistia e representantes das vítimas da ditadura.

Durante a sessão foi exibido o vídeo "15 filhos", que relata a lembrança dos filhos de presos, mortos e desaparecidos políticos na época da ditadura militar. Essa sessão foi um dos eventos realizados na semana em homenagem aos 20 anos da Anistia, promovida em conjunto com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Simbólico mas necessário

A Comissão Especial para Indenização dos Torturados da Ditadura Militar, instituída em janeiro de 1998 em decorrência da Lei nº 11042/97, com vistas à reparação dos danos físicos e psicológicos, causados por agentes esta-





duais às pessoas presas por motivos políticos, durante aquele período, permanece atuando como mecanismo simbólico de ajuste de contas e de acerto histórico entre o Estado e a cidadania.

A Comissão é composta por integrantes de várias entidades representativas da sociedade civil: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do RS, Conselho Regional de Medicina, Associação Riograndense de Imprensa, Movimento de Ex-presos Políticos, representante da CCDH, Ministério Público e governo do Estado e conta ainda com uma secretária executiva, instalada na Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

Abaixo, apresentamos os quadros demonstrativos físico e financeiro das atividades da Comissão Especial atualizados até setembro de 2000:

Demonstrativo físico (1998 - 2000)

Tipo de procedimentos	Número
Pedidos de indenização	1.178
Sessões de julgamento	81
Processos julgados**	1.193
Processos deferidos**	893
Processos indeferidos***	300
Pedidos de revisão	200
Audiências de instrução	296
Ofícios de requerente	177
Ofícios de testemunhas	470
Notas de expedientes publicadas no DOE	60
Decretos publicados no DOE	31
Resolução publicada no DOE	02
Ordens de serviço	02
Ofícios expedidos	1.044

* Incluindo pedido de revisão julgados. ** Incluindo 43 processos providos por conceito. *** Menos 43 processos que foram providos por conceito.

Demonstrativo financeiro

Procedimentos	Valor
Indenizações pagas com decreto	R\$ 16.115.000,00

É importante salientar que todos os pagamentos estão atualizados, conforme diretrizes da lei, tendo sido feitos a partir de 90 dias da publicação de decreto no Diário Oficial.

Devido ao grande número de requerimentos e pedidos de revisão, bem como as dificuldades na instrução dos processos devido à falta de registros das prisões e acesso aos documentos referentes ao regime militar, fato que implica na necessidade de realização de diversas diligências para comprovação das alegações, os trabalhos deverão estender-se ao longo do ano de 2001.

Ampliação da Lei dos Desaparecidos Políticos

O Estado é o responsável pela indenização às famílias de vítimas da repressão política na época do regime militar. Muitas destas famílias, entretanto, foram privadas deste direito por não preencherem os requisitos exigidos pela Lei dos Desaparecidos Políticos (Lei Nº 9.140/95).

Em função disso, o Ministério da Justiça, em junho de 2000, concluiu a nova Lei de Desaparecidos Políticos, devendo esta passar pela apreciação do Congresso Nacional para sua aprovação. O Projeto de Lei estipula em 1 milhão de reais o valor global a ser pago pelo governo.

Com a nova lei, as famílias de pessoas vítimas do regime militar têm o prazo de 120 dias para entrar com o pedido de indenização, a partir da publicação oficial do novo texto legal.

A memória da dor

A perversidade e brutalidade do regime ditatorial brasileiro são evidenciadas com o relato dos que foram diretamente agredidos pelo Estado. A leitura destes depoimentos choca-nos pela forma demasiadamente agressiva que os ditadores utilizaram para instaurar seu plano de governo.

Destacamos a seguir, o depoimento de dois gaúchos que experimentaram a dor de ter o Estado como seu algoz.

Depoimento de Carlos Alberto Tejera De Ré³

“Por duas vezes estive preso. A primeira em dezembro de 1969 e a segunda em dezembro de 1970.

É sobre essa segunda prisão, muitas vezes lembrada, quando a memória do pesadelo vivido me impediu o sono, que segue o meu relato.

Aos dezoito anos eu tinha a pretensão de mudar o mundo, o impossível não existia, e a impossibilidade de qualquer militância legal foram levando-me naturalmente a optar pela luta armada contra a ditadura militar.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fui seqüestrado na rua por uma equipe do Dops, composta por um delegado e vários policiais, ao entardecer do dia 10 de dezembro de 1970. Fui jogado em uma caminhonete ‘veraneio’ em que já se encontravam presos dois outros companheiros. Um deles, algemado às costas com os olhos vendados e sem camisa era sistematicamente queimado por um policial que, postado ao seu lado, comprazia-se em encostar a brasa do seu cigarro no peito desnudo do prisioneiro, meu companheiro e amigo desde os tempos de militância estudantil, no Colégio Júlio de Castilhos. O cheiro de carne queimada empestava o ambiente. Era apenas uma pequena amostra do que nos esperava. Fui então espancado e encapuzado.

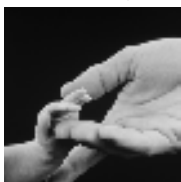
Ao chegarmos ao Dops, fui levado à sala de tortura, chamada pelos policiais de ‘fossa’ e inteiramente despido, passei a sofrer com o que eles chamavam de ‘esquentamento’. Socos, pontapés e ‘telefone’ nos ouvidos (tapas com as mãos em conchas, de modo a provocar dor intensa e muitas vezes o rompimento dos tímpanos).

Pendurado no ‘pau-de-arara’, tive os dedos dos pés e das mãos amarrados com fios elétricos e uma descarga insuportável estremeceu todo o meu corpo; tive a sensação de estar sendo despedaçado, e buscando qualquer ponto de apoio, mordia meus próprios joelhos. Logo após os fios foram retirados dos dedos e colocados em diversas partes do corpo, orelhas e órgãos genitais. Entre as seções de choques, era espancado na sola dos pés e nas nádegas com uma palmatória feita de pneus, apelidado pelos torturadores de ‘pirelli’.

Quanto tempo durou esta agonia?

Não sei. Só lembro que, após infindáveis horas, fui tirado do ‘pau-de-arara’, quando me jogaram um balde de água fria e um médico, que após examinar-me, declarou que estava tudo bem, e que os policiais poderiam prosseguir com a tortura. Depois de algum tempo, fui atirado em uma cela e literalmente apaguei.

³ Assessor técnico da Bancada do Partido Democrática Trabalhista (PDT), na Assembléia Legislativa do RS.





Após algum tempo, que não sei precisar, começou tudo de novo. Finalmente, sempre encapuzado, fui arrastado para um salão aonde me puseram sentado num banquinho. Este ritual se repetiu por aproximadamente 18 ou 20 dias: os interrogatórios, as torturas e o banquinho.

Por baixo do capuz, pude vislumbrar que no salão se encontravam, além dos dois companheiros do primeiro dia, outros prisioneiros.

Um dia, livre dos capuzes, fomos levados para a cela. Era um conjunto de três salas, uma maior e duas menores, com duas privadas, interligadas por um pequeno corredor, situada em frente à 'fossa'. A porta principal era de madeira maciça. No corredor, entre a 'fossa' e a cela, haviam colocado um rádio, no volume máximo, para impedir que ouvíssemos o que falavam os torturados.

Na cela, o reencontro com os companheiros foi reconfortante. Apesar de bastante machucados e muito traumatizados com as torturas, conseguimos nos animar um pouco com as informações trocadas. Fizemos um levantamento das prisões. As quedas haviam sido muito sérias, mas a estrutura fundamental da Organização resistia, e um grupo expressivo de companheiros continuava a luta. Esta constatação nos elevou a moral.

Agarrados a esta esperança, passamos o natal de 1970 e vimos nascer o ano de 1971.

Certo dia, anunciaram que poderíamos receber visitas. Depois de todo o horror, finalmente teríamos a alegria de falar com os nossos familiares, meu pai, minha mãe e minhas irmãs vieram ver-me em dias alternados.

No dia seguinte à liberação das visitas, um companheiro reservadamente me informou saber que um dos militantes, ainda em liberdade, era meu irmão e incumbiu-me de passar uma informação (ponto) para fora, dizendo que a única possibilidade era através de um dos meus familiares. Por ser muito importante assim o fiz.

Subitamente tudo mudou, as celas foram trancadas, as visitas proibidas e o rádio não cessava de tocar alto, misturando o som das músicas com os gritos de novos torturados.

Sucediam-se novas prisões. O inferno começava.

Nossa cela era insuportavelmente quente e o ar penetrava apenas através de uma pequena fresta de no máximo 5x80cm; revezávamo-nos subindo em um beliche e grudando ali o nariz para respirarmos um pouco melhor. Outro grupo, com o ouvido colado à porta, tentava, em meio ao barulho, identificar quem tinha 'caído'.

A espera, o medo de novas torturas, a tensão agravada pelo calor intenso, que nos ensopava de suor, são lembranças terríveis desses dias de angústia e pavor.

A insalubridade das celas afetava a todos. Um dia trouxeram um médico para nos atender; ao abrir a porta da cela, era tamanho o mau cheiro que, com uma expressão de nojo, recusou-se a entrar. Ele chamou um dos prisioneiros no corredor e, num rápido exame, diagnosticou sarna. Deixou alguns remédios com os policiais e recomendou banho duas vezes ao dia.

O chuveiro situava-se ao lado da 'fossa' e nas idas ao banho descobrimos, aos poucos, quem eram os novos presos. Num desses momentos, pelo pigarrear característico, descobri que meu irmão havia 'caído'. Fiquei abalado.

A noite fui chamado para novo interrogatório. Olhos vendados, ouvi o torturador mandar o policial aumentar o volume do rádio. Sabia o que me esperava. Nesse instante um delegado o interpelou, perguntado se eu havia jantado. Era uma cautela dos algozes. Evitavam torturar quem estivesse com o estômago cheio, pois o risco de morte era grande. Adiantei-me e respondi que sim, mentindo, pois despejara minha comida no vaso sanitário, impossibilitado de engolir qualquer coisa.

Fui, então, devolvido à cela, com a promessa de que mais tarde 'voltaríamos a conversar'.

Confesso que havia chegado no meu limite. E considerei seriamente a idéia de suicídio. Parecia-me, nesse momento, a única saída possível. Durante essa noite confidenciei a um companheiro o meu intento. Mas fui demovido por ele, argumentando durante toda a noite que nada mais tinha a dizer e que talvez nem voltasse a ser torturado.

De manhã cedo, antes do café, vieram buscar-me. Fui então 'apresentado' a uma nova equipe de torturadores formados por oficiais do DOI-Codi, do Rio de Janeiro. Os seus métodos eram ainda mais bárbaros. Pendurado novamente no 'pau-de-arara', fui

obrigado a engolir uma esponja de aço, que só não era totalmente ingerida porque seguravam a ponta, em que eram colocados os fios elétricos. O choque, agora, era também interno, queimando a garganta e, aos berros, perguntavam quem da minha família de 'canalhas', havia transmitido a informação, aquele 'ponto' que o meu companheiro havia pedido.

Um dos torturadores gritava sem parar: - Foi seu pai? Sua mãe? Ou uma de suas irmãs?

O outro retrucava: - Vamos prender todo mundo e pendurar no 'pau-de-arara', que logo a verdade aparece.

Em princípio neguei tudo dizendo que isso não passava de uma loucura. Foi então que fiquei sabendo que o comandante da nossa Organização no Rio Grande do Sul, havia sido preso e para que suspendessem as torturas, a sua companheira grávida havia feito um acordo com a polícia e entregue todas as informações, culminando, um dia depois, a sua ida à televisão para renegar suas idéias, suas lutas.

Embora tivesse sido minha mãe que levava a informação, menti que havia sido meu pai, afinal ele, velho militante das lutas sindicais dos ferroviários em Santa Maria, já havia estado preso em 1964 e estava, sem dúvida, mais preparado para suportar aquela situação.

Meu único consolo desta, que sem dúvida, foi a mais difícil decisão de minha vida, é que meu pai, não só perdoou-me, como entendeu que não havia outra saída.

Depois das torturas fui levado ao salão e ao banquinho. Foram dias de enlouquecer. Certa feita, uma equipe do Dops foi prender um companheiro, que conseguiu escapar atirando e pondo os policiais em fuga; ao retornarem ao Dops, foram humilhados na nossa frente, pelo delegado que chamou-os de covardes e incompetentes. Em quem a equipe descarregou a raiva pela humilhação sofrida? Em nós, naturalmente, com mais torturas, interrogatórios no SNI (um andar acima do Dops), mais torturas.

E assim foram se passando os dias, até que fui novamente levado a 'fossa' para nova sessão de torturas, que me parecia inexplicável, pois nada me perguntavam, só batiam, com extrema violência, de forma a deixar marcas por todo o corpo, culminando por arrancarem, com um alicate, a unha do 'dedão' do pé. Neste estado fui apresentado ao meu pai, e ele quase enlouquecido, foi finalmente solto.

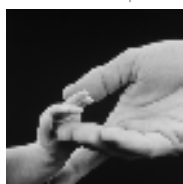
Após alguns dias fui transferido para o 18º RI, e depois de nova passagem pelo Dops, fui levado para o 6º Regimento de Cavalaria, na cidade de Alegrete, mais tarde para a Ilha do Presídio, em Porto Alegre e, finalmente, ao Presídio Central de Porto Alegre, onde fui finalmente solto, em livramento condicional, em fevereiro de 1973."

Depoimento de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez⁴

"Fui honrado com o convite da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) para fazer um relato dos fatos que levaram a Comissão Especial a reconhecer meu direito à indenização pecuniária por perseguições, prisões, maus-tratos e torturas durante a ditadura militar. Efetivamente, tive diversas prisões por participação no movimento estudantil, das intimações para depor no Dops no ano de 1967, por ocasião do fechamento do grêmio estudantil do Julinho e de nossas passeatas, até a revolta contra a ditadura durante o ano de 1968.

Sofri diversas prisões durante o decurso do ano de 68. De detenções de dois a três dias as prisões começaram a prolongar-se em jornadas no Dops de duas ou mais semanas. Integrávamos a Uges, e tornamo-nos uma das principais referências no enfrentamento ao regime militar em Porto Alegre. Somando minhas prisões no período, inclusive minha participação em uma ação frustrada, totalizaria mais ou menos três meses de detenção durante o decurso do ano. No decorrer destas prisões a violência foi num crescendo, passando a ser acompanhada de espancamentos e confinamento prolongado em condições muitas vezes aviltantes. Em minha última prisão, entre dezembro de 68 e janeiro de 1969, passei mais de uma semana na oitava delegacia. A oitava era um depósito de presos, talvez mais de

⁴ Assessor parlamentar da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.





uma centena de pessoas abandonadas a sua própria sorte, marginais de todos os tipos, traficantes, assassinos e cidadãos envolvidos em pequenos delitos, compartilhavam a solidão acompanhada em plena avenida Protásio Alves. A noite não havia espaço suficiente para dormirmos esticados, amontoando nossos corpos numa visão do que poderia ser o Inferno de Dante.

Fui, junto com Luíz Eurico Lisbôa, o Ico, condenado, com base na Lei de Segurança Nacional, DL 314/67, a pena de prisão por tentativa de reabertura de entidade ilegal, o Grêmio do Colégio Estadual Julho de Castilhos. Saí do Brasil no final de outubro de 1969. Com o assassinato de Carlos Marighella e a prisão do Frei Betto no mês de novembro em Porto Alegre, meu nome, o do Luíz Eurico e o da Vera Maria Idiart, foram vinculados ao esquema de fronteira da ALN. A função principal de Frei Betto em Porto Alegre era ajudar aos refugiados e opositores ao regime militar deixarem o País.

Fui então vítima em Montevidéu de seqüestro orquestrado pela Secretária de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, tendo a frente o Coronel Jaime Mariath. Preso pelo aparato repressivo uruguaio em cooperação com os órgãos da ditadura, fui transportado de dependência s policiais para quartéis. Num destes trajetos conseguimos fazer chegar, eu e um estudante paulista de nome Euclides Garcia Paez, até um jornal de oposição a denúncia do seqüestro, fixando um bilhete a uma nota de 100 pesos uruguaio.

Quando se fala da Operação Condor é necessário saber que a devolução de prisioneiros políticos foi uma prática inaugurada pela ditadura militar brasileira, diversos militantes já tinham sido repatriados do Uruguai para o nosso País por ocasião do meu seqüestro. Quando cheguei ao quartel que seria o último passo até minha devolução, ademais de encontrar-me com outros brasileiros na mesma situação, soube que alguns dias antes havia sido transportado para o Brasil o professor de história carioca Wilson Barbosa do Nascimento.

Denunciado o fato pela imprensa, trataram de imediatamente transportar-me para o aeroporto. Dali iria para a base militar de Passo de Los Toros e por terra seguiria até Santana do Livramento, onde seria entregue à ditadura. Ademais da Secretaria de Segurança gaúcha acompanhava a operação em Montevidéu nada menos que o delegado Fleury, torturador-mor da operação Bandeirantes.

Sabia a sorte que me aguardava no retorno as masmorras da repressão brasileira, ademais das torturas sistemáticas aos presos haviam iniciado a série de assassinatos e os desaparecimentos. Não tive dúvida, com um pedaço de vidro, provoqueei profundos cortes no braço esquerdo. Minha internação no Sindicato Médico, hospital mais próximo do quartel que estava preso, frustrou o traslado para o aeroporto de Carrasco de onde seguiria para Passo de Los Toros. Levado para o Hospital Militar, o fato já de pleno conhecimento da opinião pública, fiquei três meses preso. Não apenas não conseguiram me devolver como o evento frustrou a entrega de diversos perseguidos brasileiros, mais de trinta, que poderiam seguir o mesmo destino. Este sucinto depoimento está fartamente documentado em jornais uruguaios que tenho em meu poder. Como exemplo cito a reportagem do semanário uruguaio Marcha de 28 de novembro de 1969, 'Uruguai-Brasil: o fim das fronteiras policiais'.

Minha história tem particularidades, como todas as histórias individuais, porém é parecida com a de milhares de brasileiros, a maioria muito jovens, que tiveram de abandonar seus estudos e afazeres, entrar na clandestinidade ou exilar-se. Falava-se que havia no Chile, durante o governo de Allende, aproximadamente 10 mil brasileiros exilados.

Todo o horror dos crimes contra a humanidade protagonizados pelas ditaduras do Cone Sul que hoje espantam o mundo, iniciaram com a ditadura brasileira. Aqui foi que se iniciou o extermínio sistemático de prisioneiros, os assassinatos e os desaparecimentos, aqui foi que se instaurou a tortura como sistemática de tratamento aos prisioneiros políticos, aqui foi que se iniciou o desconhecimento das fronteiras dos estados nacionais e a captura e assassinatos de perseguidos políticos além fronteira. A bandeira brasileira era então associada em todo o mundo a torturas e desaparecimentos. A partir de nossas fronteiras, a ditadura brasileira orquestrou golpes militares, derrubou presidentes, treinou torturadores. Todos que vivemos estes episódios carregamos marcas na carne e no espírito. Todos tiveram suas vidas truncadas, algumas no absoluto. Foram assassinados. Cito um trecho do livro de minha autoria, 'A Guerrilha Brancalione':

'Só da nossa turma do Julinho de 68, morreram três estudantes. O Ico foi assassinado em São Paulo, o Bem Bolado no Chile e o Jorginho na Argentina. Ico foi para São Paulo buscar contatos com a ALN e Suzana ficou em Porto Alegre. Haviam



chegado de Cuba, onde participaram de treinamento militar. Desapareceu em setembro de 1972. Só muitos anos depois, já na década de 80, é que Suzana conseguiria montar partes do quebra-cabeça do seu desaparecimento. Ico foi fuzilado numa pensão no bairro paulistano da Liberdade. A ditadura tinha nessa época uma política de eliminação. Já tinham tantas informações das organizações de esquerda que prender era detalhe. Matavam. Ico foi enterrado no cemitério de Perus com o nome falso de Nelson Bueno. Foi o primeiro desaparecido brasileiro cujo corpo foi descoberto.

Nilton Rosa, o Bem-Bolado, foi assassinado numa manifestação no Chile, no ano de 1973, por grupos paramilitares da direita golpista. O Bem-Bolado, poeta, teve um enterro grandioso, com milhares de populares e bandeiras dos partidos de esquerda de um país que ama a poesia. Virou nome de uma Población, como se chamam as vilas irregulares chilenas.

Jorginho, Jorge Basso, consta como desaparecido no imenso drama dos trinta mil desaparecidos na Argentina. Foi preso num hotel no centro de Buenos Aires, no ano de 1976. Militava no Partido Revolucionário dos Trabalhadores e escrevia para revistas de esquerda. O drama dos mortos e desaparecidos continua pesando sobre nossas consciências."

